



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O Processo de Formulação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008
Autor	JÚLIA GABRIELE LIMA DA ROSA
Orientador	CLAUDIO ROBERTO BAPTISTA

Título: O Processo de Formulação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008

Nome: Júlia Gabriele Lima da Rosa

Orientador: Claudio Roberto Baptista

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Departamento de Estudos básicos, Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar.

Resumo: A temática da presente pesquisa situa-se no campo dos estudos de Políticas Públicas para pessoas com deficiência, analisando especificamente o processo de inserção da educação especial numa agenda pública com foco na formulação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 pelo Ministério da Educação, após ter sido elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007. A pesquisa buscou analisar a existência de uma janela de oportunidades, constituída, de acordo com as proposições de John Kingdon, pela influência de movimentos políticos e pelo envolvimento de diversos atores nas arenas decisórias. A inserção da escolarização das pessoas com deficiência na agenda pública deu-se em um momento em comum com o reconhecimento dos atores sócio-estatais no processo de formulação de políticas públicas. Ao passo que o Estado brasileiro reconheceu a educação especial como política pública, na expressão de acordos e diretrizes, destaca-se a Criação do Centro Nacional de Educação Especial em 1973, que em 1986 torna-se a Secretaria de Educação Especial e lança o Plano de Ação Conjunta para Integração de Pessoas com Deficiência. Naquele momento histórico, a comunidade internacional também mostrava dedicação ao tema, como evidenciam a Declaração Mundial de Educação Para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994. Entre os atores envolvidos no processo histórico destacam-se os segmentos ligados aos movimentos de Pessoas com Deficiência e às Instituições Especializadas, expresso por meio da participação no Conselho Consultivo da Constituição Brasileira de 1988, bem como no Conselho IDC (*Internation Desability Caucus*) que visava elaborar o Projeto Sul-Sul e efetivar a participação das pessoas com deficiência dos países em desenvolvimento na Convenção da ONU Para os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). A publicação da Política de Educação Escolar na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008 contribuiu para o avanço nos debates relativos ao Modelo Social de deficiência em contraposição ao modelo médico-clínico centrado em processos de reabilitação. Essa afirmação de uma nova perspectiva incide na compreensão das diretrizes organizadoras do trabalho das instituições especializadas que estiveram desde o Brasil Império ocupadas com a escolarização das pessoas com deficiência. Assim, o movimento da política demonstra a influência de um quadro de eventos com determinados atores envolvidos, constituindo a abertura de uma janela de oportunidades que ocorre tanto pela dinâmica da temática em si (educação especial) quanto da própria política pública, em sentido amplo. Tratando-se de uma investigação qualitativa, com base na análise documental, adotou-se o *software* de pesquisa qualitativa NVIVO II como uma ferramenta de análise dos documentos produzidos a respeito da temática, classificando-os em nós de casos, a fim de ilustrar os atores envolvidos no processo. A esquematização da janela de oportunidades possibilitou o reconhecimento de esferas decisórias e a influência de determinados atores, nos levando a considerar que, embora a educação especial tenha sido reconhecida, em expressão da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) como uma Política Pública, essa esteve perpassada por diversos atores e interesses distintos.